

IDENTIDADE DOCENTE: REFLEXÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DE CLAUDE DUBAR

Thiago Falcão Solon ¹
Giovana Maria Belém Falcão ²

Resumo

Este texto tem por objetivo refletir sobre as contribuições da teoria de Claude Dubar para a constituição da identidade docente, destacando os desafios e as possibilidades de emancipação identitária do professor. O estudo, de abordagem qualitativa, realiza um ensaio teórico discutindo os fundamentos e elementos que sustentam a teoria do referido autor, bem como as aproximações e contribuições ao campo da identidade docente, com suas características e especificidades próprias. Como resultados, conclui-se que a teoria de Dubar permite entender a identidade docente como expressão social, no sentido de ser constituída, sobretudo, a partir de um sistema complexo de determinações e de negociações identitárias entre o professor e os outros sujeitos presentes em seu cotidiano profissional. Há de se destacar ainda que, como parte de um sistema social mais amplo, a identidade docente é constantemente tipificada e formatada para atender a um determinado objetivo, quase sempre, representado em políticas de governo que, por fatores ideológicos e econômicos, modificam o rumo da formação de professores. Como possibilidade de superação desse cenário, é necessário que o professor mantenha-se crítico e ativo quanto à atribuição e à tipificação de identidades, para que não venha a repor uma mesma identidade e perca de vista seu processo de emancipação.

Palavras-chaves: Identidade docente. Socialização. Emancipação.

Introdução

Como se conceitua identidade? Como a nossa identidade é constituída? Perguntas semelhantes a essas, entre outras, são comuns no imaginário de muitas pessoas quando da escuta ao termo identidade, e, em linhas gerais, podemos dizer que as respostas não são conclusivas. Isso ocorre pois tratar de identidade é complexo, envolvendo inúmeros aspectos em sua constituição, desde a trajetória dos sujeitos, suas escolhas, até as relações sociais estabelecidas ao longo da vida. Além disso, variadas são as perspectivas teóricas que discutem o conceito de identidade, não sendo, portanto, um assunto consensual. Os autores e as teorias produzidas concebem essa propensão humana por diferentes olhares,

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Técnico Pedagógico do Núcleo de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Caucaia (NEE/SME), thiago22falcao@gmail.com;

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora adjunta da UECE. E-mail: giovana.falcao@uece.br

sob múltiplos pontos de vista e determinantes, estendendo-se às vertentes epistemológicas que sustentam esses estudos.

Uma das teorias mais renomadas nos últimos anos, no campo da identidade, foi desenvolvida pelo sociólogo francês Claude Dubar (1945-2015). Além de investigar a constituição identitária dos indivíduos pela perspectiva da socialização, partindo e questionando alguns modelos teóricos já produzidos, como o de Piaget, Bourdieu e Habermas, o autor traz importantes contribuições para diversas áreas e segmentos que se debruçam sobre a temática da identidade, notadamente, o campo da identidade docente. A obra mais difundida de Dubar é intitulada “A socialização: construção das identidades sociais e profissionais” (DUBAR, 2005)³, a qual tratou com maior aprofundamento os processos de socialização profissional e a relação com a construção das identidades, em especial aquelas voltadas às profissões.

Nesse sentido, refletir sobre as contribuições de Dubar para a constituição da identidade docente torna-se relevante⁴, principalmente, considerando ser este um campo de estudo até certo ponto recente (ROSSI; HUNGER, 2020). Os desafios que envolvem essa profissão, as relações antes e durante a docência, assim como o processo de socialização profissional, são aspectos que participam do eu professor, isto é, o modo como o docente se define a si mesmo e aos outros (GARCIA, 2009). Ressaltamos, ainda, que a identidade docente é um construto dinâmico, em constante movimento, de maneira que a perspectiva de Dubar pode melhor favorecer a compreensão desse fenômeno, notadamente complexo e influenciado pelas interações sociais.

Tomando por base tais pressupostos, o estudo parte dos seguintes questionamentos: Quais os principais conceitos da teoria de identidade produzida por Claude Dubar? Como essa teoria se aproxima e contribui para a compreensão da constituição da identidade docente? No intuito de responder a essas indagações, este texto tem por objetivo refletir sobre as contribuições da teoria de Claude Dubar para a constituição da identidade docente, destacando os desafios e as possibilidades de emancipação identitária do professor. O estudo, em seu bojo, discute os fundamentos e elementos que sustentam a teoria do referido autor, bem como as suas aproximações e

³ Nessa obra de Dubar (2005), da qual resulta seus estudos, o autor propunha uma teoria sociológica da identidade, fundamentado nas contribuições e lacunas das diversas abordagens à socialização discutidas. Ademais, apoia-se em investigações empíricas desenvolvidas junto a trabalhadores franceses.

⁴ Nesse texto, fazemos a opção por discutir as contribuições da teoria de Dubar, embora se observe e reconheça a importância de outras teorias para a compreensão da identidade.

contribuições ao campo da identidade docente, com suas características e especificidades próprias.

Dessa forma, o texto está estruturado da seguinte maneira. Além desta introdução, apresentamos, na próxima seção, a metodologia utilizada para a pesquisa. Posteriormente, destacamos os principais conceitos da teoria de Dubar a respeito da identidade, suas bases e os aspectos que participam da constituição identitária dos sujeitos. Em seguida, trazemos as discussões acerca da identidade docente, evidenciando as aproximações com a teoria do sociólogo francês, os desafios e as possibilidades de emancipação da identidade do professor. Por fim, apresentamos as considerações finais e as referências utilizadas.

Metodologia

O estudo em questão ancora-se na abordagem qualitativa. Segundo Bogdan & Biklen (1994), na investigação qualitativa, o pesquisador preocupa-se em evidenciar, descobrir ou descortinar os aspectos de um determinado fenômeno da realidade, de forma profunda e analítica. No campo educacional, especificamente, ela proporciona uma maior aproximação entre o pesquisador e seu objeto de estudo, levando-o a uma análise e interpretação mais completa do conteúdo pesquisado. Para essa investigação, a abordagem qualitativa contribui ao refletirmos as características, desafios e pormenores da constituição identitária do professor, à luz da teoria de identidade proposta por Claude Dubar.

Nesse sentido, o texto insere-se no formato de um ensaio teórico, que, de acordo com Boava, Macêdo e Sette (2020), define-se pela reflexão sobre um determinado tema ou fenômeno da realidade, visando a ampliação das discussões em pesquisas posteriores. Esse tipo de estudo é realizado, essencialmente, mediante materiais como livros e artigos científicos, os quais subsidiam a explanação do assunto proposto. Para essa pesquisa, partimos de livros e artigos científicos referentes à temática, apoiando-nos, essencialmente, em Dubar (2005), Rossi e Hunger (2020), Melo (2021), na discussão da teoria de Dubar, bem como em Nóvoa (1992), Ciampa (2005), Gatti (2017, Melo, Silva e Falcão (2021), entre outros autores, no que se refere às reflexões sobre a identidade docente.

Dessa maneira, na próxima seção, iniciamos as discussões apresentando os fundamentos e conceitos da teoria de Dubar, tomando como ponto de partida o processo de socialização.

A identidade em Dubar: Principais conceitos

Dubar (2005), ao propor sua teoria, inicia afirmando que tratar da constituição identitária de alguém implica em desvelar, separada e conjuntamente, a dualidade do social. Segundo o autor, a identidade nada mais é que “o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições” (p. 135).

Depreendemos, portanto, que a identidade envolve uma complexa rede de interrelações, influências e determinações, de modo que a constituição identitária de uma pessoa não pode ser vista a partir de um único fator ou via de investigação. Somente por meio da interação entre todos esses fatores, sejam eles pessoais, subjetivos ou profissionais, aliados ao processo de socialização estabelecido ao longo da vida, torna-se possível compreender a constituição da identidade de alguém, ressaltando ainda que tal constituição não é fixa ou imutável, ela é dinâmica, ocorrendo em constante movimento.

Nessa mesma direção, Melo, Silva e Falcão (2021) advogam que a identidade de alguém seria a junção entre as características solidificadas do sujeito (estáveis) e a dimensão provisória dessa construção, pois o que foi pode não mais o ser. É individual, pois diz respeito à singularidade do sujeito, sua trajetória de vida e o seu eu no mundo, mas também coletiva, pois de maneira igual tem a ver com as relações com e sobre as quais foi erigida. Subjetiva, pois dá-se a partir de questões internas, de processos psíquicos, cognitivos, relacionais e afetivos, e também objetiva pois diz respeito às ações do ser e à sua relação concreta com o mundo vivido. Biográfico, relativa à experiência de vida, e estrutural, enquanto reflexo da dinâmica social vigente (ROSSI; HUNGER, 2020).

O entendimento de Dubar (2005) avança na medida em que o autor percebe a divisão interna na estruturação da identidade, pautada em aspectos psicológicos, mas que sofre é atravessada pela dimensão subjetiva, vivida e psíquica no cerne da análise sociológica. Partindo dessa perspectiva, estabelece dois aspectos chaves de sua teoria: a identidade para si e a identidade para o outro. A primeira diz respeito a aspirações internas, a quem se pensa e se deseja ser, enquanto a outra refere-se a projeções externas, estipulações vindas de outrem (SOLON; FALCÃO, 2023). “A divisão do eu como expressão subjetiva da dualidade social aparece claramente através dos mecanismos de identificação. “Cada um é identificado por outrem, mas pode recusar essa identificação e se definir de outra forma” (DUBAR, 2005, p. 137).

Melo (2021) aponta que desse processo de identificação decorre atos de atribuição, relacionados à identidade para o outro, pois visa definir que tipo de homem e mulher se é, e atos de pertencimento, relacionados à identidade para si, pois exprimem que tipo de homem ou mulher se quer ser. Ditos de outra forma, os atos de atribuição dizem respeito à(s) identidade(s) que os outros, fundamentados nas interações sociais, atribuem ao indivíduo, enquanto os atos de pertencimento referem-se à(s) identidade(s) as quais o indivíduo reivindica para si, em um movimento de incorporação. Ressaltamos ainda que

a atribuição só pode ser analisada no interior dos sistemas de ação nos quais o indivíduo está implicado, enquanto o pertencimento, só pode ser analisado no interior das trajetórias sociais pelas e nas quais os indivíduos constroem identidades para si (DUBAR, 2005, p. 139).

A disputa entre atos de atribuição e atos de pertencimento no limiar da constituição da identidade, segundo a teoria em questão, dá-se em um processo heterogêneo de negociação identitária. Quanto a isso, Dubar (2005) assevera:

A abordagem sociológica desenvolvida aqui faz da articulação entre as duas transações a chave do processo de construção das identidades sociais. A transação subjetiva depende, de fato, das relações para com o outro, constitutivas da transação objetiva. A relação entre as identidades herdadas, aceitas ou recusadas pelos indivíduos, e as identidades visadas, em continuidade às identidades precedentes ou em ruptura com elas, depende dos modos de reconhecimento pelas instituições legítimas e por seus agentes que estão em relação direta com os sujeitos envolvidos (p. 139-140).

A construção das identidades se realiza, pois, na articulação entre os sistemas de ação, que propõem identidades virtuais, e as trajetórias vividas, no interior das quais se forjam as identidades reais nas quais os indivíduos aderem. Ela pode ser analisada em termos tanto de continuidade entre identidade herdada e identidade visada como de ruptura, implicando conversões subjetivas traduzidas tanto por acordos quanto por desacordos entre identidade virtual, proposta ou imposta por outrem, e identidade real, interiorizada ou projetada pelo indivíduo (DUBAR, 2005).

Em síntese, percebemos que a constituição da identidade resulta de complexos processos de negociação identitária, entre o sujeito para si e o sujeito para o mundo. Nesse sentido, envolve a dimensão biográfica, ou seja, as trajetórias de vida, à identidade para si, a questões subjetivas e particulares do indivíduo e suas percepções de mundo, e o processo relacional social, que remete às relações sociais estabelecidas e às instituições

que são cenário dessa socialização, à identidade para o outro, e a materialização do sujeito nesse mundo dos outros (MELO, 2021). O processo identitário que daí decorre tem um importante caráter de particularidade, uma vez que a negociação será realizada por cada sujeito, de acordo com suas experiências pessoais e sociais. Necessariamente, essas experiências são diferentes em cada indivíduo, levando a processos de negociação e produção de significados também singulares.

Dubar (2005), ao ressaltar a heterogeneidade e particularidade dos processos identitários, também destaca que estes recorrem a um mecanismo comum, a tipificação, que sugere a existência de modelos sociais significativos de identidade, atribuídos e/ou reivindicados ao/pelo sujeito. A tipificação, em realidade, tem intrínseca relação com os papéis sociais desempenhados pelos sujeitos, no seio das relações sociais que estabelecem ao longo da vida. Esses papéis, à medida que definem a participação dos sujeitos na sociedade, também podem ser identificados ou recusados por estes, porém, são institucionalizados e legitimados pela ordem de valores vigentes na sociedade.

Dessa forma, a ordem social tipifica o indivíduo, suas ações e formas de agir. O sujeito tipificado interage socialmente através do desempenho de papéis. Esses papéis se distribuem diferentemente pela sociedade através, principalmente, da divisão do trabalho e distribuição social do conhecimento, e vão sendo incorporados através dos processos de socialização (MELO, 2018, p. 30).

O sociólogo francês finaliza sua teoria, apontando a identidade como um espaço-tempo geracional. Isso ocorre pelo fato de que, como a identidade é constituída da articulação entre os processos biográfico e estrutural, torna-se possível abstrair as características e as dinâmicas identitárias construídas por uma determinada geração. Apesar do viés prescritivo que pode parecer à primeira vista, em que se baseia num modelo pré-definido de socialização, a construção identitária é marcada pelas especificidades de seu tempo, e do espaço que ocupa no meio social. Assim se refere o autor:

A identidade social não é transmitida por uma geração à seguinte, cada geração constrói, com base nas categorias e nas posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenvolvidas nas instituições pelas quais os indivíduos passam e que eles contribuem para transformar realmente (DUBAR, 2005, p. 156).

Em suma, constatamos que a constituição da identidade, na perspectiva de Dubar (2005), não é imposta ou aderida passivamente pelos sujeitos, ela resulta do processo de negociação identitária que ocorre entre as diversas experiências e identidades construídas

ao longo do tempo, inclusive das identidades produzidas por uma determinada geração. O mesmo pode ser dito com relação à identidade docente, que sugere dinâmicas identitárias próprias, mas que confronta as experiências biográficas do professor e as identidades atribuídas à categoria docente, seja pela sociedade ou pela escola. Vejamos, na seção seguinte, como esse processo se constitui na identidade dos professores, de acordo com as características e aspectos dessa profissão.

Identidade docente: o eu e o outro em processo de socialização profissional

No que se refere à identidade docente, o processo de socialização também irá atuar de forma decisiva em como o professor se constitui, tanto para si, isto é, o modo como ele se vê e se define, como para o outro, ou seja, o modo como ele é visto e definido pelos sujeitos. Não custa lembrar, conforme destaca Dubar (2005), a influência das dimensões biográfica e subjetiva na constituição identitária do indivíduo, portanto as experiências passadas do docente, sua trajetória de vida, o modo como dá sentido a essas vivências, correspondem a aspectos importantes antes e durante a profissão. Além disso, os estudos asseveram a forte presença, influência e indissociabilidade entre a pessoa e o professor que se é, visto que “é impossível separar o eu profissional do eu pessoal” (NÓVOA, 1992, p. 17).

De acordo com Melo, Silva e Falcão (2021), o conceito de identidade docente diz respeito à “imersão do indivíduo, que possui uma identidade previamente estabelecida, nos processos de socialização da docência com todos os seus elementos e mecanismos de constituição identitária” (p. 7). Dessa forma, salientamos o entendimento de que a identidade é uma dimensão dinâmica e não imutável, na medida em que o professor, antes mesmo de se inserir na docência, já traz consigo uma identidade pessoal e social, as quais irão interagir e ser resignificadas mediante a vivência na profissão. Por sua vez, afirmamos ainda que o professor assume uma identidade estável, ao trazer características solidificadas ao longo da vida, e provisória, pois essas mesmas características serão modificadas, dando origem a novas identidades (DUBAR, 2005).

Nesse sentido, a constituição e resignificação da identidade do professor serão perpassadas, além da sua identidade prévia, pela interação com outros professores, com a escola, com os estudantes, com as famílias, com os gestores, na formação, inicial e continuada, “constituindo concepções e crenças de um ponto de vista externo à profissão sobre o papel social que passa a assumir” (MELO, 2021, p. 53). Desse processo, resultam

mecanismos de negociação identitária entre o docente e os diversos sujeitos e elementos atuantes ao longo da profissão, a partir de atos de atribuição e de pertencimento (DUBAR, 2005). O professor pode, por exemplo, recusar ou aderir características positivas atribuídas por si mesmo e por outros sujeitos, como também características negativas, se assim o definir ou incorporar para si essas identidades.

Numa outra análise, de cunho mais psicológico, Ciampa (2005) também alerta que as identidades, uma vez aceitas, podem ser repostas constantemente pelo sujeito, quando não há a devida reflexão e a alteridade da sua identidade. Embora muitas características possam ser positivas, isto é, referirem-se a qualidades ou virtudes do professor, é preciso que este, em seu processo de constituição identitária, ressignifique criticamente essa identidade vislumbrando a aquisição de uma identidade autônoma, alcançando o estágio de emancipação. E aqui chamamos de emancipação “a assunção de uma identidade consciente, do ser para si, e não mais da reposição de identidades pressupostas, advindas de outrem (CIAMPA, 2005, p. 142).

Na mesma direção, Ciampa (2005) nomeia dois processos que ocorrem na constituição da identidade, impedindo ou favorecendo o alcance do estágio de emancipação. O primeiro é a condição de mesmice, que, segundo o autor, se desenvolve quando sustentamos um/uma personagem que nos identifica ou é em nós identificado, isto é, uma característica ou papel assumido por nós na sociedade, repondo-o constantemente. Esse processo pode ser decorrente de diversos fatores e determinantes, sejam pessoais ou profissionais, dificultando o estágio de mesmidade, quando o sujeito não mais repõe uma identidade e toma consciência de seu verdadeiro eu no mundo (CIAMPA, 2005). Ainda que em condição de mesmice, o autor considera que, a todo momento, estamos nos modificando em nossa identidade, seja pelas aprendizagens, relações ou vivências ocorridas ao longo da vida.

Dessa maneira, constatamos que a identidade do professor envolve dinâmicas identitárias complexas, as quais perpassam pela adesão ou recusa a identidades atribuídas por outros sujeitos, influenciando o processo de emancipação. Sabemos, pois, que o docente é frequentemente rotulado dentro da escola, seja positiva ou negativamente, por exemplo, o professor disciplinador, o professor exigente, o professor divertido, o professor compreensivo, entre outras características. Contudo, para além dessas identidades, atribuídas pelo próprio docente ou por outros professores, estudantes e gestores, é necessário que o docente pense, reflita criticamente e avalie a validade desses

atributos em sua identidade, para que não sejam repostos passivamente ou tomados como inerentes ao papel social imposto à determinada profissão (DUBAR, 2005).

Nesse sentido, destacamos o processo de tipificação como sendo outro obstáculo à emancipação da identidade do professor, definindo-se pelas características atribuídas e/e reivindicadas por um modelo social. De acordo com Solon e Falcão (2023), a tipificação ocorre geralmente de forma externa à identidade do sujeito, a partir de características que atendam a um objetivo, um perfil profissional adequado e legitimado socialmente como necessário. Assim, vemos que em muitas escolas, são exigidas características do professor para atender determinados fins, como a manutenção do “bom” status escolar, os resultados, ou modelos mais amplos ligados a questões religiosas e políticas. Ainda assim, tais identidades podem ser negadas ou recusadas, mas esse processo torna-se difícil quando as características são validadas e formalizadas pela instância social.

Um dos principais mecanismos de tipificação da identidade é a vigência de diretrizes político-normativas, em quaisquer áreas educacionais mas, especificamente, na formação de professores. Para Gatti (2017), as políticas de formação, tanto à nível de formação inicial como de formação continuada, trazem consigo os conhecimentos considerados necessários e o perfil profissional esperado, educacional e socialmente. O professor, muitas vezes, é compelido a assumir determinadas características ou atribuições estipuladas em leis da educação, ultrapassando os limites da função docente. Acrescenta-se a isso as condições objetivas e subjetivas de trabalho, carga-horária, remuneração e as constantes reformas educacionais, modificando o papel do professor (JARDILINO; SAMPAIO, 2019).

Dessa maneira, o processo de tipificação leva invariavelmente a um modelo docente ideal, formatado e perfilhado para atender o que é imposto naquele momento, naquela circunstância, distanciando o professor do seu papel social enquanto sujeito que transforma a si mesmo e a realidade em que está inserido (FREIRE, 1996). Cria-se, ainda, no seio da escola, uma série de rótulos e estereótipos quando tais exigências são ou não cumpridas pelo docente, como, por exemplo, a ideia do professor proativo, o professor flexível, ou o professor insatisfeito, o professor intransigente. A ressignificação dessas características será essencial na identidade docente, para que o professor esteja consciente de seu papel social, da sua razão de ser e existir como profissional, para além de modelos docentes estipulados em políticas educacionais.

Ressaltamos, então, que a constituição da identidade docente depende, sobretudo, da tomada de consciência do professor em relação às diversas influências e interações produzidas ao longo do processo de socialização profissional. Sejam as motivações que levaram a docência, as histórias de vida, seja a vivência na profissão docente, todos esses fatores serão determinantes para o comportamento do professor perante o mundo e na reflexão das características atribuídas ou aderidas por ele. Como vimos, a constituição da identidade docente é dinâmica, mutável e multifatorial, não sendo um ou outro aspecto a determinar a identidade do professor, mas, o conjunto de todas as interações e características produzidas e refletidas em sua socialização.

Considerações finais

O estudo da identidade docente, sob a perspectiva sociológica de Claude Dubar, nos faz perceber que o professor é atravessado por inúmeros fatores sociais em sua constituição identitária, para além de aspectos internos ou de uma autoprojção dos sujeitos sobre si mesmos. Pelo contrário, a socialização do docente, antes e durante a profissão, fará total diferença nos modos como ele se define e é definido pelos outros, perpassando por aspectos subjetivos e objetivos, individuais e coletivos, e uma identidade estável e provisória. Todos esses elementos irão constituir o eu professor, não resumindo-se a uma única característica ou pela estaticidade da identidade, mas pela transformação constante do seu modo de ser, sentir e pensar a profissão docente.

Nesse sentido, a teoria de Dubar permite entendermos a identidade docente como expressão social, no sentido de ser constituída, sobretudo, a partir de um sistema complexo de determinações e de negociações identitárias entre o professor e os outros sujeitos presentes em seu cotidiano profissional. A todo momento, ocorrem atribuições de identidades para si e para o outro, de maneira que o docente, a partir de sua capacidade subjetiva e reflexiva, adere ou recusa essas identidades para si, num processo sempre de mão dupla. Há de se destacar ainda que, como parte de um sistema social mais amplo, a identidade docente é constantemente tipificada e formatada para atender a um determinado objetivo, quase sempre, representado em políticas de governo que, por fatores ideológicos ou econômicos, modificam o rumo da formação de professores.

Como possibilidade de superação desse cenário, é necessário que o professor mantenha-se crítico e ativo quanto à atribuição e à tipificação de identidades, em busca de sua emancipação. É fato que, como um processo multilateral e multifatorial, tornar-se

consciente do que se é e do que se quer ser não é tarefa simples, requerendo do docente mecanismos constantes de significação identitária. É preciso ressignificar características, estereótipos e papéis atribuídos ao professor por diferentes sujeitos, para que não se perda de vista a verdadeira razão de ser e existir desse profissional na sociedade.

Referências

- BOAVA, D. L. T.; MACÊDO, F. M. F.; SETTE, R. de S. Contribuições do ensaio teórico para os estudos organizacionais. **Revista Administração em Diálogo**, v. 22, n. 2, p. 69-90. 2020.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto. Porto Editora. 1994.
- CIAMPA, A. da C. **A história do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo. Brasiliense. 2005.
- DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo. Martins Fontes. 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Paz e Terra. 1996.
- GARCIA, C. M. **Desenvolvimento Profissional Docente**: passado e futuro. Císifo Revista de Ciências da Educação, n. 8. 2009.
- GATTI, B. A. Formação de professores, complexidade trabalho docente. **Revista Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737. 2017.
- JARDILINO, J. R. L.; SAMPAIO, A. M. N. Desenvolvimento Profissional Docente: reflexões sobre política pública de formação de professores. **Revista Educação e Formação**, v. 4, n. 10, p. 180-194. 2019.
- MELO, C. I. B. de. **Processo de constituição da identidade docente do professor de Matemática**: um olhar de dissentes e egressos sobre o curso de licenciatura plena em Matemática da FECLESC/UECE. Monografia. Universidade Estadual do Ceará. 2018.
- MELO, C. I. B. de. **Constituição da identidade profissional de professores de Matemática sob a ótica dos formadores**. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.
- MELO, C. I. B. de.; SILVA, S. P.; FALCÃO, G. M. B. Identidade e desenvolvimento profissional docente: dinâmica e implicações. **Revista Cocar**, v. 15, n. 32, p. 1-21. 2021.
- NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A. Os professores e sua formação. Lisboa, Dom Quixote, 1992, p. 15-33.
- ROSSI, F.; HUNGER, D. Identidade docente e formação continuada: um estudo à luz das teorias de Zygmunt Bauman e Claude Dubar. **Revista Brasileira de estudos pedagógicos**, v. 101, n. 258, p. 1-19. 2020



SOLON, T. F.; FALCÃO, G. M. B. Identidade docente no contexto do Atendimento Educacional Especializado: constituição e idiosincrasias. **Série-estudos**, Campo Grande, v. 28, n. 64, p. 207-224. 2023